

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE AÇÕES | SEGOV

Assembleia Fiscaliza
junho de 2023 a maio de 2024

Imagem: Gil Leonard - Imprensa MG



Secretaria de Estado de Governo
Belo Horizonte, junho de 2024

Governador do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema Neto

Vice-Governador do Estado de Minas Gerais

Mateus Simões

Secretário de Estado de Governo

Gustavo Valadares

Secretária de Estado Adjunto de Governo

Mila Batista Leite Corrêa da Costa

Chefe de Gabinete

Gustavo Oliveira Braga de Souza

Controladoria Setorial

Marcia de Andrade Dornellas

Assessoria Jurídica

Maria Eduarda Lins Santos de Almeida

Assessora de Comunicação

Tatiana Moraes

Assessora Estratégica

Raphaela Hytomi Pianchão Aihara

Assessor Técnico-Legislativo

Gerson Pedrosa Abreu

Subsecretária de Processo Legislativo

Vanice Cardoso Ferreira

Subsecretário de Gestão das Transferências Estaduais

Felippe Ferreira de Mello

Subsecretária de Articulação e Atendimento Institucional

Carla Elias de Souza

Subsecretária de Cerimonial e Eventos

Aline Brandão

Superintendente Central de Atos

Mairon Oliveira Martins da Costa

Superintendente de Imprensa Oficial

Rafael Freitas Corrêa

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças

Marcelus Fernandes Lima

Sumário

Introdução.....	4
Monitoramento do Processo Legislativo	5
Transferências Estaduais	10
Relacionamento Institucional	15
Gestão do Diário Oficial	16
Cerimonial e Eventos	18

Introdução

A Lei Estadual nº 24.313/2023, promoveu a reforma administrativa no Poder Executivo do Estado e com isso, alterou as competências e estrutura da Secretaria de Estado de Governo. A nova estrutura e competências da Segov foram detalhadas por meio do Decreto nº 48.635/2023.

De forma resumida, algumas competências foram direcionadas para outros órgãos e outras foram integradas à secretaria. Destaca-se a integração da Subsecretaria de Cerimonial e Eventos cujas competências estavam alocadas na Secretaria Geral e a inclusão da Assessoria Técnico-Legislativa oriunda da extinta Consultoria Técnico-Legislativa. As nomenclaturas de algumas das unidades da Segov também foram alteradas para melhor refletir os processos sob sua responsabilidade, melhorando a organização administrativa interna.

A visão consolidada da Cadeia de Valor ficou da seguinte forma:



Fonte: Assessoria Estratégica, 2024.

Monitoramento do Processo Legislativo

De junho de 2023 a maio de 2024, período considerado para avaliação deste ciclo do Assembleia Fiscaliza, foram realizadas **231 audiências públicas** com a participação de 381 membros do poder executivo estadual, dentre Secretários de Estado e Dirigentes Máximos, subsecretários e técnicos especializados nos assuntos debatidos.

Ademais, no mesmo período foram recebidos **2.003 requerimentos dos parlamentares**, dos quais **1.999 foram respondidos**.

A seguir, apresentamos a tabela com as proposições em tramitação no período assinalado:

Tipo e nº	Ementa
PEC 24/2023	Revoga os §§ 15 e 17 do art. 14 da Constituição do Estado. (Suprime o quórum qualificado para aprovação de lei que autorize a alteração da estrutura societária ou a cisão de sociedade de economia mista e de empresa pública ou a alienação das ações que garantem o controle direto ou indireto dessas entidades pelo Estado e retira a exigência de referendo popular para a desestatização de empresa de propriedade do Estado prestadora de serviço público de distribuição de gás canalizado, de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica ou de saneamento básico.)
PL 1782/2023	Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização de produtos de origem vegetal no Estado e dá outras providências.
PL 1783/2023	Dispõe sobre a defesa sanitária animal no Estado.
PL 1840/2023	Altera a Lei 18692, de 30 de dezembro de 2009, que uniformiza os critérios de gestão e execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios por órgãos e entidades da administração pública estadual no âmbito dos programas sociais que especifica.
PL 1890/2023	Autoriza a Universidade do Estado de Minas Gerais a doar à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais parte do imóvel que especifica e dá outras providências. (Destinação: construção da sede da Fapemig.)
PL 1891/2023	Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brumadinho o imóvel que especifica. (Destinação: funcionamento da Casa da Cultura Carmita Passos.)



Tipo e nº	Ementa
PL 1892/2023	Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jaguaráçu o imóvel que especifica. (Destinação: funcionamento de um logradouro público.)
PL 1893/2023	Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pequi o imóvel que especifica. (Destinação: funcionamento da Escola Municipal Fernando Barbosa.)
PL 1894/2023	Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Gerais o imóvel que especifica. (Destinação: construção de uma escola municipal.)
PL 1895/2023	Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Carmelo o imóvel que especifica. (Destinação: funcionamento de órgãos públicos municipais.)
PL 2127/2024	Institui o Serviço Social Autônomo de Gestão Hospitalar.
PL 2238/2024	Dispõe sobre a prestação de assistência à saúde pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
PL 2239/2024	Institui o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado e dá outras providências.
PL 2366/2024	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025.
PL 406/2023	Altera as Leis 15301, de 10 de agosto de 2004, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo; 15293, de 5 de agosto de 2004, que institui as carreiras dos profissionais de educação básica do Estado; e 20010, de 5 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. (Cria e extingue cargos de provimento efetivo de carreiras que especifica e dispõe sobre unidades de CTPM.)
PL. 1.202/2019	Dispõe sobre a limitação do crescimento anual das despesas primárias do Estado nos termos do art. 2º, § 1º, V, da Lei Complementar Federal nº 159, de 19 de maio de 2017.
PLC 38/2023	Dispõe sobre a limitação do crescimento anual das despesas primárias do Estado nos termos do art 2º, § 1º, V, da Lei Complementar Federal 159, de 19 de maio de 2017.
PLC 42/2024	Altera a Lei Complementar 121, de 29 de dezembro de 2011, que altera a Lei Complementar 64, de 25 de março de 2002, que institui o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. (Altera caput do art 8º e revoga incisos I, II e III do caput do art 8º, dispondo sobre concessão de licença-maternidade por adoção de criança de até 12 anos de idade incompletos por 120 dias, prorrogáveis por 60 dias.)

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE AÇÕES | SEGOV

A seguir, apresentamos a tabela com as proposições aprovadas no período assinalado, que foram transformadas em norma jurídica, ou estão em processo de sanção:

Tipo e nº	Ementa	Situação ALMG
PL 1055/2023	Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, com a finalidade de constituir o Consórcio de Integração dos Estados do Sul e Sudeste do Brasil.	LEI 24.513 2023 - Lei Ordinária
PL 1074/2023	Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, com a finalidade de constituir o Consórcio de Integração dos Estados do Sul e Sudeste do Brasil.	LEI 24.429 2023 - Lei Ordinária
PL 1075/2023	Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da unidade orçamentária Procuradoria-Geral de Justiça.	LEI 24.428 2023 - Lei Ordinária
PL 1114/2023	Autoriza o Poder Executivo a receber em pagamento do Município de Conselheiro Lafaiete a área que especifica. A	LEI 24.469 2023 - Lei Ordinária
PL 1195/2023	Altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.	LEI 24.470 2023 - Lei Ordinária
PL 1196/2023	Autoriza a Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica.	LEI 24.629 2023 - Lei Ordinária
PL 1197/2023	Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.	LEI 24.430 2023 - Lei Ordinária
PL 1295/2023	Altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	LEI 24.471 2023 - Lei Ordinária
PL 1496/2023	Institui o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG para o quadriênio 2024-2027.	LEI 24.677 2024 - Lei Ordinária
PL 1497/2023	Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2024.	LEI 24.678 2024 - Lei Ordinária
PL 1530/2023	Autoriza abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, nos termos que especifica.	LEI 24.602 2023 - Lei Ordinária
PL 1574/2023	Altera o art. 7º da Lei nº 15.075, de 5 de abril de 2004, que dispõe sobre a política estadual de apoio ao cooperativismo.	LEI 24.630 2023 - Lei Ordinária
PL 1784/2023	Dispõe sobre as medidas para a prevenção da introdução no Estado de doenças aviárias de alta patogenicidade, bem como para seu controle, e dá outras providências.	LEI 24.674 2024 - Lei Ordinária



RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE AÇÕES | SEGOV

Tipo e nº	Ementa	Situação ALMG
PL 1978/2024	Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado e altera o art 2º da Lei 24678, de 17 de janeiro de 2024.	LEI 24.725 2024 - Lei Ordinária
PL 3945/2022	Autoriza o Poder Executivo a permutar os imóveis que especifica e dá outras providências.	LEI 24.452 2023 - Lei Ordinária
PL 3946/2022	Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual sobre o Clima - Consórcio Brasil Verde e altera a Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016.	L EI 24.483 2023 - Lei Ordinária
PL 729/2023	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024.	LEI 24.404 2023 - Lei Ordinária
PL 741/2023	Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da unidade orçamentária Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.	LEI 24.354 2023 - Lei Ordinária
PL 742/2023	Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor das unidades orçamentárias Procuradoria-Geral de Justiça, Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor.	LEI 24.355 2023 - Lei Ordinária
PL 767/2023	Autoriza o Poder Executivo a celebrar termos aditivos aos contratos firmados com a União com base na Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, para a conversão do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal em Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, de que trata a Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021.	LEI 24384 2023 - Lei Ordinária
PL 810/2023	Estabelece o pagamento pelo Estado aos assistidos e pensionistas do Plano de Previdência Complementar MinasCaixa RP-2 de valores correspondentes aos proventos e pensões de sua titularidade e dá outras providências.	LEI 24.402 2023 - Lei Ordinária
PL 822/2023	Dispõe sobre o reajuste dos valores de vencimento das carreiras, dos cargos de provimento em comissão e das gratificações de função do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo de que trata a Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004.	LEI 24.383 2023 - Lei Ordinária
PL 823/2023	Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, nos termos que especifica.	LEI 24.397 2023 - Lei Ordinária
PL 875/2023	Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público de profissional para o exercício das funções de magistério da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências.	LEI 24.805 2024 - Lei Ordinária



RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE AÇÕES | SEGOV

Tipo e nº	Ementa	Situação ALMG
PL 876/2023	Autoriza a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais Jucemg a alienar os imóveis que especifica e dá outras providências.	LEI 24.628 2023 - Lei Ordinária
PL 877/2023	Altera a Lei nº 15.474, de 28 de janeiro de 2005, que altera a Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999, que contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais, cria gratificação de função, institui prêmio de produtividade e dá outras providências.	LEI 24.433 2023 - Lei Ordinária
PL 878/2023	Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em face das garantias por ela oferecidas nas operações de crédito externo a serem celebradas pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. junto ao New Development Bank.	LEI 24.513 2023 - Lei Ordinária
PLC 35/2023	Regulamenta o § 19 do art. 36 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a imunidade tributária da contribuição previdenciária em razão de doença incapacitante, no âmbito do regime próprio de previdência social, e dá outras providências.	LCP 173 2023 - Lei Complementar
PL 2885/2021	Dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	LEI 24673 2024 - Lei Ordinária
PL 2976/2021	Altera a Lei 22944, de 15 de janeiro de 2018, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências.	LEI 24462 2023 - Lei Ordinária
PL 2112/2024	Altera a Lei 18879, de 27 de maio de 2010, que dispõe sobre a prorrogação, por sessenta dias, da licença maternidade no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. (Altera caput do § 3º do art 2º e revoga incisos I, II e III do § 3º do art 2º, dispondo sobre prorrogação por 60 dias de licença-maternidade por adoção de criança de até 12 anos de idade incompletos.)	EM SANÇÃO
PL 876/2019	Altera a Lei 6310, de 8 de maio de 1974, que autoriza o Poder Executivo a constituir e organizar empresa pública para o desenvolvimento e execução de pesquisas no setor da agropecuária.	EM SANÇÃO

Os resultados apresentados foram apurados pela Subsecretaria de Processo Legislativo da Secretaria de Estado de Governo que realiza o *Acompanhamento do Processo Legislativo (2042)*, ação vinculada ao Programa *Gestão do processo legislativo estadual sob a responsabilidade do poder executivo (0115)* que tem por objetivo operacionalizar o exercício dos deveres constitucionais do poder executivo no âmbito do processo legislativo estadual, com respeito à autonomia e promoção à harmonia entre os poderes prevista no art. 2º da constituição federal.



Transferências Estaduais

Conforme dados extraídos do Sigcon-saída/Sigcon- Indica e do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI-MG), em 13 de junho de 2024, **15.741 indicações foram analisadas**, das quais **14.001 foram aprovadas** em 2023 e 2024.

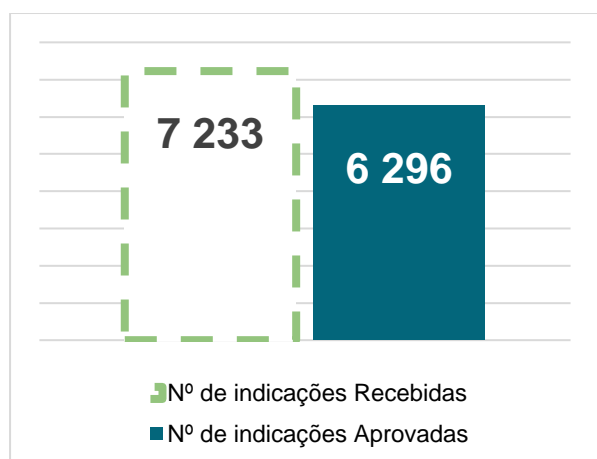
O valor a ser executado em função das emendas impositivas do ano de 2023, é superior a 1,173 bilhão de reais, dos quais mais de 1,153 bilhão de reais já foram pagos, totalizando um percentual de 98% do valor executado.

Em relação a 2024 o valor total pago até 31/05 corresponde a R\$ 774.475.542,21, totalizando 49,77% do valor executado. Se considerarmos a data de 13/06 o valor pago alcançou R\$ 1.246.726.935,40 ou 80% do total a ser pago.

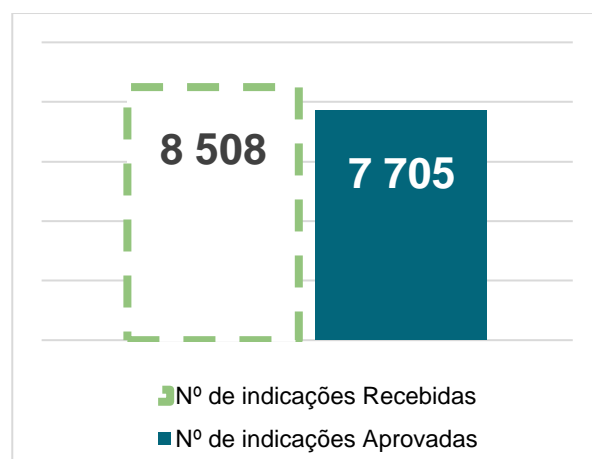
Cabe destacar que o quantitativo de indicações e valores pode sofrer alterações devido a Impedimentos de Ordem Técnica previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO e Resolução Segov.

O quadro abaixo traz os valores citados acima:

Indicação de Emendas Parlamentares impositivas 2023



Indicação de Emendas Parlamentares impositivas 2024



Execução de Emendas Parlamentares Impositivas

Ano	Total a Pagar (R\$)	Pago no exercício	Total Pago Atual	% Execução
2023	R\$ 1.173.930.597,06	R\$ 1.153.880.289,66	R\$ 1.153.880.289,66	98,29%
2024	R\$ 1.556.169.040,93	R\$ 774.475.542,21	R\$ 774.475.542,21*	49,77%
Total	R\$ 2.844.726.728,08	R\$ 1.850.640.134,24	R\$ 1.850.640.134,24	67,32%

Fonte: SCEPET - Dados extraídos em 13/06/2024 - referente a execução até 31/05/2023.

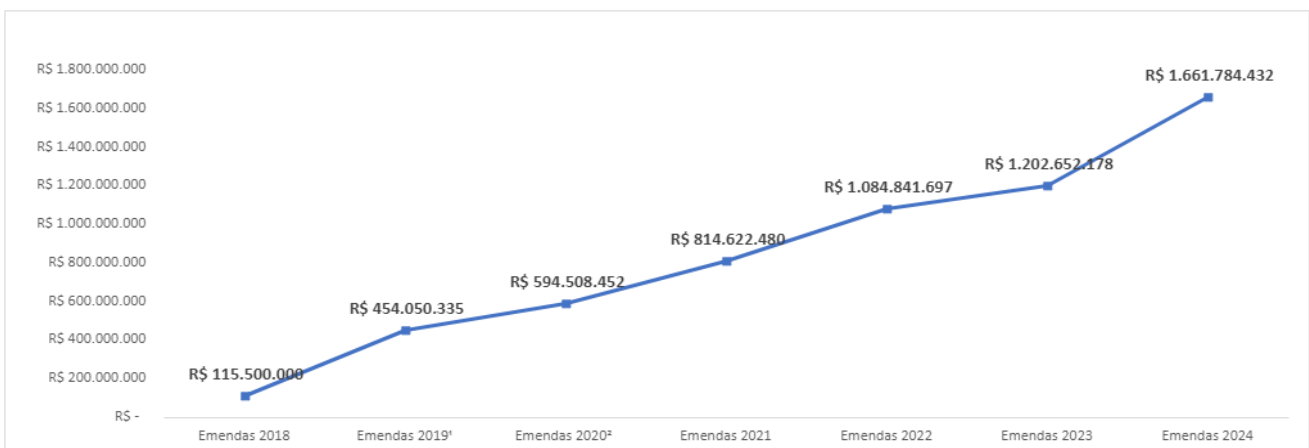
Obs.: *R\$ 1.246.726.935,40 do recurso já foi pago até 13 de junho (80,12%)

**R\$207 milhões já estão com pagamento autorizado, o que levará a execução de 2024 para 93%.

Em 2019, o número de indicações foi de 3.821, subindo para 7.706 em 2024, o que corresponde a um aumento de mais de 100%.

Abaixo o gráfico mostra a evolução do valor financeiro disponível para emendas parlamentares ao longo dos anos:

Evolução das Emendas Parlamentares: 2018 - 2024



Fonte: SGTE, dados extraídos em 13/06/2023.

Indicações da Comissão de Participação Popular (CPP)

A Secretaria de Estado de Governo atua como gestora do Sigcon e é responsável pela disponibilização das cotas orçamentárias. A análise e execução dessas indicações depende do município/órgão executor.

Ano	Total a Pagar	Valor Empenhado	Valor Pago	% Execução
2023	R\$ 24.999.000,00	R\$ 23.654.292,64	R\$ 21.913.284,98	87,66%
2024*	R\$ 25.000.000,00	R\$ 7.879.735,24	R\$ 119.914,20**	0,48%
Total	R\$ 49.999.000,00	R\$ 31.534.027,88	R\$ 22.033.199,18	44,07%


Fonte: SCEPET - Dados extraídos em 13/06/2024 - referente a execução até 31/05/2024.



Cronograma de Emendas 2024

As datas do cronograma de emendas parlamentares são estabelecidas na [Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024](#)

Prazos se aproximando nos próximos 30 dias:

 Clique no evento para visualizar mais detalhes

< > Hoje **14 de jun. – 14 de jul. de 2024**

Mês Lista

Portal de Emendas (www.emendas.mg.gov.br)

A Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais (Segov) conta com uma ferramenta que está ajudando a estreitar e facilitar a comunicação entre o governo estadual e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG): o site “Portal de Emendas Estaduais de Minas Gerais”.

O Portal de Emendas reúne o cronograma de emendas parlamentares impositivas de 2024 e as execuções de 2019 a 2024, bem como um conjunto de informações sobre legislação, funcionamento da Segov, sistemas utilizados, portfólio, guias e manuais.

Outra funcionalidade da plataforma é a ferramenta de agendamento de atendimentos presenciais na Segov. Por meio dela, é possível que os parlamentares, seus assessores, e os beneficiários de emendas parlamentares estaduais marquem um horário com a equipe técnica da pasta para tratar de assuntos como indicação, pagamento ou execução dessas emendas.

Em **30/10/2023** foi incluída no Portal a seção ‘Transparência’, possibilitando ao cidadão conferir o percurso dos investimentos alocados pelos parlamentares por meio das emendas impositivas e acompanhar mais de perto o trabalho dos deputados e da Segov.





Canal de atendimento sobre execução de emendas pelo Whatsapp

Destacamos que ao final de 2022 foi criado um canal dedicado a esclarecer todas as dúvidas relacionadas ao processo de execução de emendas parlamentares estaduais: o **WhatsApp 31-98260-0402**. Por meio deste novo canal de atendimento, a Segov busca aprimorar o atendimento aos parlamentares e municípios mineiros.

O atendimento é feito por uma equipe da Subsecretaria de Gestão das Transferências Estaduais, da Segov, e é voltado a parlamentares, assessores parlamentares, beneficiários de emendas e órgãos e entidades estaduais executoras de emendas.

É importante destacar que o número deve ser utilizado apenas para o envio de mensagens. Não serão aceitas ligações. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h.

Dúvidas sobre emendas também podem ser respondidas pelo e-mail **contato@emendas.mg.gov.br** e no site **www.emendas.mg.gov.br**, conhecido como “Portal de Emendas Estaduais de Minas Gerais”.

Outros Destaques

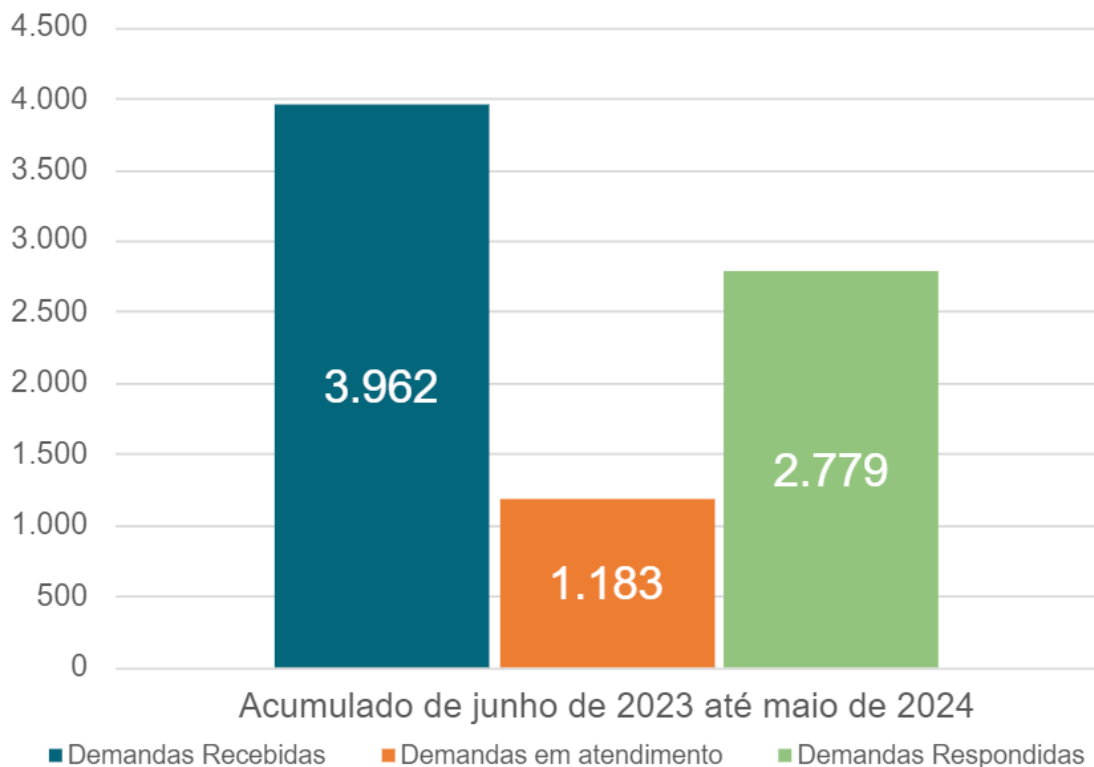
- Encontro com a ALMG - Portfólio de Projetos 2024 - Em agosto de 2023, foi realizado um encontro presencial com a ALMG, com o objetivo coletar sugestões para o portfólio de projetos, no intuito de promover uma primeira discussão sobre as possíveis ações que poderão ser executadas em 2024.
- Capacitação: orientações para o Portfólio de Projetos – 2024: A reunião contou com a participação de aproximadamente 83 representantes dos órgãos e entidades estaduais, realizada em setembro.
- Webinar Portfólio de Emendas 2024: realizado em outubro de 2023, contou com a participação de cerca de 100 pessoas e permitiu aos assessores parlamentares identificarem projetos e ações desenvolvidas pelo Governo de Minas que podem ser potencializados por meio da alocação das Emendas Impositivas dos Deputados Estaduais.

- Lançamento do Novo Portal de Emendas Parlamentares Estaduais em outubro de 2023.
- Realização de visitas e reuniões técnicas para troca de experiências com outros Estados:
 - ✓ Reunião com o Estado do Amazonas em 12/07/2023;
 - ✓ Visita Técnica ao Estado de São Paulo, em 07 e 08/08/2023;
 - ✓ Reunião com o Estado do Acre, em 29/08/2023.
- Análises de planos de trabalho do Sigcon-MG - Módulo Saída e solicitações do Caged em menos de 3 dias úteis;
- Qualificação de Ocs sobre execução e prestação de contas de parcerias MROSC de 19 a 21 de setembro de 2023.
- Qualificação de Gestores de Parcerias e Comissões de Avaliação, de 17 a 19 de julho de 2023.
- Abertura automática de contas bancárias via Sigcon;
- Apresentação no 1º Fórum Mineiro de Captação de Recursos, Convênios, Parcerias e Contratos de Repasse (AMM);
- Realização do evento Boas práticas na gestão de emendas parlamentares estaduais e Capacitação de Emendas Impositivas – 2024 para os órgãos estaduais;
- Capacitação de Emendas Parlamentares – 2024, direcionada aos assessores parlamentares estaduais da ALMG.

Relacionamento Institucional

O sistema SIAG possibilita a gestão de demandas procedentes de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como da sociedade civil, direcionadas ao Gabinete da Segov.

Status das Demandas



Fonte: Diretoria de Gestão das Demandas / SAAI, dados extraídos em junho de 2024.

- ✓ **3.962** demandas de autoridades federais, estaduais e municipais recebidas e encaminhadas para resposta no período.
- ✓ Secretarias de Estado mais demandadas:
 - Seplag
 - SEE
 - Seinfra

Gestão do Diário Oficial

Ampliação do acesso ao acervo do Diário Oficial Minas Gerais

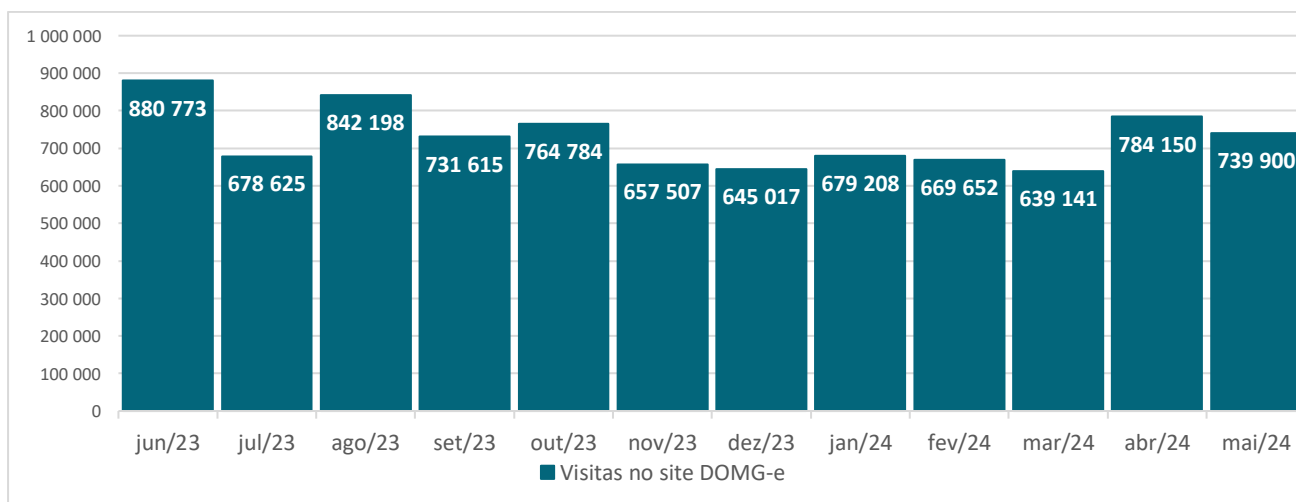
Com o objetivo de agregar valor ao serviço de consulta ao acervo do Diário Oficial, foi disponibilizada, em fase inicial, a possibilidade de se pesquisar informações sobre as edições do período de 21/04/1892 a 22/08/1943 e, também, o ano de 2010, que foram digitalizadas e publicadas na internet. O período de 2004 a 2009 foi tratado no período de janeiro a maio de 2024 e está na fila de publicação do site.

Trata-se de uma ação de relevante importância, que contribui sobremaneira para o compartilhamento de informações oficiais e históricas que foram veiculadas por meio do Diário Oficial.

Ademais, contribui substancialmente para a preservação do acervo físico do Diário Oficial, já que se torna desnecessário manusear as edições antigas, sem que haja prejuízo do acesso à informação.

Visitas no site do DOMG-e

De junho de 2023 a maio de 2024, houve cerca de 8,7 milhões de visualizações do Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais (DOMG-e), com média de 6,54 acessos por usuário, com duração média de 4:47 minutos.



Fonte: Sistema de Gestão de Publicações Oficiais (SIGEPO) e controle interno SGDOF, junho de 2024.



Outros Destaques

- ✓ Parceria com a Secretaria de Estado de Educação, com definição de fluxo para pedidos de cópias de publicações relacionadas à vida funcional dos servidores daquela Secretaria, a fim de otimizar e simplificar os procedimentos, eliminando retrabalho e evitando pedidos desnecessários.
- ✓ Participação no “Minuto Se Liga”, exibido nos intervalos do programa “Se liga na educação”, da Secretaria de Estado de Educação, em parceria com a Rede Minas, apresentando a importância do Diário Oficial de Minas Gerais para a história do Estado. Esta ação tem por objetivo contribuir com o acesso ao conhecimento, de forma rápida e interessante, expandindo o repertório cultural dos mineiros.
- ✓ Visita técnica de representantes do Arquivo Público Mineiro (APM) a fim de contribuir com o processo de armazenamento e preservação do acervo das edições impressas.
- ✓ Visita técnica da equipe ao Arquivo Público Mineiro (APM) para conhecer procedimentos e tecnologias utilizados na preservação de documentos.

Cerimonial e Eventos

A Subsecretaria de Cerimonial e Eventos, conforme Decreto nº 48.635/2023, tem como competência a execução das atividades de cerimonial e de produção de eventos do Poder Executivo, com a presença do Governador e Vice-Governador. A subsecretaria foi responsável pela organização direta ou indireta **de 1.010 cerimônias e eventos institucionais** de junho de 2023 até maio de 2024. O resultado alcançado confirma a relevância da área para o Governo do Estado de Minas Gerais e demonstra a boa execução da comunicação e relacionamento com a sociedade.

Os resultados apresentados foram apurados pela Subsecretaria que realiza o *Cerimonial e eventos (2041)*, ação vinculada ao Programa *Gestão de cerimonial e eventos (0109)* que tem por objetivo promover o relacionamento virtuoso com os atores estratégicos da sociedade, dos governos federais, estaduais, municipais e meios de comunicações, ampliando o acesso às informações de interesse público e veiculando a visão de governo por meio da gestão de cerimonial e eventos.



Ênfases determinadas pela ALMG

- 1. Repercussões relacionadas à possibilidade de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, que abrange informações sobre a recomposição de perdas inflacionárias da remuneração dos servidores estaduais, com destaque para os servidores da segurança pública, em que conste esclarecimento sobre o cumprimento da Lei nº 24.260, de 2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação pelo Poder Executivo do percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração de seus servidores e a relação dos concursos públicos previstos e em andamento no âmbito do Poder Executivo, incluindo sua administração indireta, bem como a situação da nomeação dos candidatos aprovados, e demais esclarecimentos sobre a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal que se fizerem necessários; e a carreira dos servidores estaduais, com detalhamento acerca do pagamento das progressões, promoções, adicionais e afins.**

As normas do regime de recuperação fiscal não inviabilizam a concessão de revisão geral anual, promoções e progressões de servidores, que caracterizam o crescimento vegetativo da despesa de pessoal do Estado, sendo que sua projeção durante o período do regime consta do cenário base do plano.

Sobre a realização dos concursos, em razão das vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, será possível seguir com aprovações e nomeações que vêm ocorrendo, observadas as vacâncias e o impacto financeiro gerado. São 11 instituições (Ima, Ipsemg, Fundação Clóvis Salgado, AGE, Sef, Polícia Civil, Fundação João Pinheiro, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, SES e Unimontes) contempladas com a realização de concursos e 04 instituições com previsão de novas aberturas (PM-Colégio Tiradentes/Uemg/SEE e Fundação Hemominas).

Desde janeiro foram realizadas 5.332 nomeações e com previsão de 4.131 novas nomeações.

Com relação à recomposição inflacionária, ressalta-se o PL 2309/2024, recentemente aprovado pela ALMG, que prevê concessão de revisão geral dos valores de vencimento básico e subsídio, com aplicação do índice de 4,62%, retroativamente a janeiro de 2024.



2. Execução das emendas ao PPAG por sugestão popular.

A Secretaria de Estado de Governo atua como gestora do Sigcon e a responsável pela disponibilização das cotas orçamentárias. A análise e execução dessas indicações depende do município/órgão executor.

Indicação da Comissão de Participação Popular (CPP)

Ano	Total a Pagar	Valor Empenhado	Valor Pago	% Execução
2023	R\$ 24.999.000,00	R\$ 23.654.292,64	R\$ 21.913.284,98	87,66%
2024*	R\$ 25.000.000,00	R\$7.879.735,24	R\$ 119.914,20**	0,48%
Total	R\$ 49.999.000,00	R\$ 31.534.027,88	R\$ 22.033.199,18	44,07%

Fonte: SCEPET - Dados extraídos em 13/06/2024.



